

GÊNERO E SEXUALIDADE: HISTÓRIA, DISCURSOS E DISCUSSÕES

Julia Galante dos Santos ¹

Luiza Perianhes ²

Maria Clara Wetterich Domingues ³

Maria Eugênia Oliveira Machado⁴

Rebeca Ferreira Vercesi⁵

Thaís de Oliveira Rodrigues⁶

Mariza Salomão V. de O. Campos⁷

Resumo

Os conceitos de gênero e sexualidade são formados a partir de discursos construídos historicamente pela sociedade e representam as relações de poder existentes na cultura. Esta pesquisa visa apresentar os diferentes aspectos que envolvem as questões de gênero e sexualidade e discute temas como identidade cultural, movimentos feministas, normatização, imposição de padrões e luta da comunidade LGBTQIA+. O estudo analisa de maneira crítica a definição das relações generificadas heteronormativas e binárias baseadas nas ideologias difundidas, as quais dominam os sujeitos e os tornam úteis para os interesses de grupos dominantes.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Relações de Poder; Feminismo; LGBTQIA+.

1 INTRODUÇÃO

Gênero é associado aos conjuntos culturais e estruturais de ideias dentro da sociedade (Scott, 1998 *apud* Grossi, 1998, p. 5), além de ser, basicamente, a diferença imposta entre os sexos. Já a sexualidade é a orientação sexual de cada indivíduo, ou seja, por quem ele se atrai sexualmente e, na atualidade, existem diversas “possibilidades” de identificação.

¹ Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: julia.gsantos@sou.unaerp.edu.br

² Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: luiza.perianhes@sou.unaerp.edu.br

³ Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: maria.domingues@sou.unaerp.edu.br

⁴ Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: maria.eumachado@sou.unaerp.edu.br

⁵ Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: rebeca.vercesi@sou.unaerp.edu.br

⁶ Aluna do curso de Psicologia, UNAERP. E-mail: thais.drodrigues@sou.unaerp.edu.br

⁷ Docente UNAERP, Mestre. E-mail: msalomao@unaerp.br

Os conceitos citados se relacionam à identidade cultural, esta tida como as características individuais de cada sujeito, influenciadas não só pela biologia, mas também pela cultura na qual a pessoa está inserida (Colling, 2018, p. 9). Ainda, afirma-se que os padrões de gênero e sexualidade são diretamente moldados a partir das relações de poder presentes no convívio social, as quais são formadas pela normatividade das ideologias de quem está no poder (Foucault, 1979).

O presente projeto de pesquisa buscou analisar a formação desses dois conceitos: gênero e sexualidade, além de abordar os discursos associados a eles. Enfatiza-se, para isso, a história e construção de normas que resultam na discriminação das pessoas consideradas “diferentes” e “erradas” no que tange às relações generificadas.

2 IDENTIDADE CULTURAL

Identidade é entendida como características próprias de um indivíduo, estas diretamente influenciadas pela cultura e pela sociedade nas quais o sujeito está inserido. As identidades não são inatas nem determinadas pela genética, apesar da biologia corporal influenciar as individualidades (Colling, 2018, p. 9). A subjetividade, então, é composta por aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, os quais produzem discursos normativos sobre as identidades, determinando as posições de cada pessoa na sociedade, “[...] Isto é, as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão a partir do lugar do Outro” (Hall, 2007, p. 111-112).

Pode-se dizer que só é possível que um indivíduo produza sua identidade a partir da existência e do contato com o outro, ou seja, a diferença que a comunidade, muitas vezes, repudia é essencial para o crescimento de cada ser humano (Alves; Álvaro, 2006). Ademais, as identidades não são fixas ou imutáveis, mas sim um processo de reconhecimento temporário, como elucida a frase “É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (Tadeu Da Silva, 2007, p. 97 *apud* Colling,

2018, p. 11). Em suma, o autoconhecimento é o resultado de um desenvolvimento relacional, o que significa que não é feito de maneira autônoma ou sozinha.

A identidade é adquirida por meio da linguagem e de símbolos, métodos responsáveis por auxiliar na constituição dos “textos identitários” de cada pessoa. O problema é que as representações preestabelecidas que agem de modo coercitivo sobre o sujeito perpetuam uma hierarquia nas identidades, mantendo estigmas e preconceitos, assim como acontece com as questões de gênero detalhadas na seção a seguir (Colling, 2018, p. 10).

3 RELAÇÕES DE PODER

“[...] O homem se lhe retirássemos tudo o que contém na sociedade: cairia na categoria do animal” (Durkheim, 2007, p. 59). Em concordância a essa frase, conclui-se que o ser humano tem uma relação recíproca com a sociedade, sendo um formador e produto do outro. Dessa forma, os modos de pensar, agir e sentir são exteriores e anteriores ao indivíduo, o qual recebe esse conjunto de regras e comportamentos sociais e o internaliza de maneira particular, adaptando-o à sua realidade (Lahire, 1999 *apud* Barreiros, 2017, p. 3).

Michel Foucault (1979), filósofo francês, conduziu pesquisas acerca das relações de poder inerentes a qualquer agrupamento social, alegando que os discursos normativos estão ligados ao sistema poder-saber, o qual promove o domínio de algumas ideologias sobre outras e, por isso, estabelece-se o controle do sujeito. Destarte, devido à criação de regras referentes à vida das pessoas, surge o biopoder, caracterizado por ser permanente e manipulador nas escolhas individuais (Barcellos, 2018).

É primordial, nesse ínterim, compreender o que é controle social, este entendido como mecanismo de intervenção de um grupo ou sociedade para que os membros desta se comportem de modo desejável, útil e dócil às normas pré definidas. Por conseguinte, há uma padronização moral e estética que visa a ordem social, sendo propagandeada incisivamente por meio das instituições disciplinadoras, por exemplo, escolas, presídios, religião e família.

Essa dinâmica, segundo Foucault (1979), sustenta diversas microrrelações de poder, às quais os integrantes de um grupo social buscam se adequar com o objetivo de

atingirem a aceitação daqueles com quem convivem. A normatização da vida, nesse ponto, é assegurada pela “moral do rebanho”, proposta por Nietzsche (1887), em que o sujeito abdica de sua subjetividade e criticidade a favor das atitudes empenhadas coletivamente. Resumindo, o dispositivo regulador da sociedade institucionaliza e naturaliza modelos de conduta, produzindo sentidos de efeito de verdade.

O poder é hierarquizado e intercambiável, ou seja, há o “adestrador” e o “adestrado”, pois o primeiro impõe tarefas obrigatórias ao último, o qual, caso não cumpra os critérios do “exame”, será punido. Para Foucault (1979), a disciplina é interiorizada e exercida por três meios globais e absolutos: o medo, o julgamento e a destruição. Com isso, há uma classificação dos indivíduos, fator culminante em preconceitos e discriminações, pois aqueles que não “satisfazem o poder dominante [...] sofrem os prejuízos do rechaço social tornando-se minorias ou grupos em situação de vulnerabilidade” (Barcellos, 2018, p. 2).

O pensador discorre, ainda, sobre a invisibilidade dessa manipulação, posto que as regras não existem em forma física, mas o medo faz com que a pessoa siga o padrão de comportamento determinado previamente. Como exemplo, ele cita, em seus estudos, o modelo panóptico de dominação, representado por um sistema prisional cuja estrutura conta com uma torre de vigilância central e celas dispostas em círculo para facilitar o monitoramento contínuo dos presidiários. Deste modo, tal configuração desfaz a necessidade de combater desvios de conduta com violência física, evitando, antecipadamente, a desordem com mecanismos de pressão psicológica, visto que o vigia está sempre observando o prisioneiro, mas este não sabe quando está sendo monitorado ou não, o que assegura o funcionamento autoritário do poder (Foucault, 1979).

A discussão acima exposta também está presente na distribuição de poder a partir do sexo, posto que “a própria sociedade ao impor padrões de comportamento e associar gênero, sexo e sexualidade, engendrou uma categoria discursiva sobre o sexo [...] relatado” (Barcellos, 2018, p. 3). Assim, no decorrer da história, a ideia de gênero foi constantemente marcada pela binaridade feminino X masculino, determinando características tidas como femininas e outras como masculinas, o que produz a desigualdade entre gêneros. Em outras palavras, a sociedade machista e patriarcal sempre colocou o homem como um ser superior, e a mulher como inferior, sem destacar,

por ora, o preconceito a identidades de gênero que destoam dessa dualidade (Ferreira, 2010).

Um exemplo dessa hierarquização de gêneros está evidente na doutrina cristã, cuja passagem bíblica de Adão e Eva mostra a submissão e a inferiorização da mulher, pois, no texto de Gênesis, Eva é culpada por trazer o pecado ao mundo ao sucumbir à tentação do fruto proibido oferecido pela serpente (Ferreira, 2010). Portanto, “uma ideia importante dessa tradição era a de que a criação do homem havia sido um ato principal, enquanto a da mulher fora secundária: a mulher havia sido criada para servir ao homem e gerar filhos” (Cashmore, 2000, p. 410 *apud* Ferreira, 2010, p. 124).

Nesse prisma, define-se a heterossexualidade como a prática sexual de uma pessoa com seu gênero/sexo oposto. Porém, ela torna-se compulsória porque a sociedade exige que todos os seus integrantes sigam o padrão hétero, este considerado como o único comportamento adequado e natural (Colling, 2018, p. 42). Ao dizer que uma sexualidade sofre influência social, indica-se que a orientação sexual de cada pessoa não é algo inato nem isolado, ou seja, todas as sexualidades são, de alguma maneira, “anormais”, já que cada indivíduo constitui a sua própria individualidade quanto aos seus desejos e práticas nesse âmbito (Colling, 2018, p. 44).

De acordo com Monique Wittig (1980 *apud* Colling, 2018, p. 45), “a heterossexualidade não é uma orientação sexual, mas um regime político que se baseia na submissão e na apropriação das mulheres.” Esse excerto reflete a ideologia imposta às mulheres que romantiza a inferiorização destas, fato explícito, por exemplo, em contos de fadas (Colling, 2018, p. 44), nos quais geralmente as princesas vivem à espera de um príncipe encantado que lhe peça em casamento e sustente a casa e a família, enquanto a esposa cuida dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, bem como percebido na história da Branca de Neve, em que o príncipe surge como seu único salvador.

A heteronormatividade, por sua vez, se apoia na ideia de que todos, heterossexuais ou não, tenham condutas coerentes ao modelo heterossexual, isto é, “[...] um homem até pode ser homossexual, [...] mas não pode se identificar com o universo feminino, nem uma mulher lésbica pode se identificar com o masculino” (Colling, 2018,

p. 46). Os estereótipos, por conseguinte, corroboram com a equiparação de sexo e gênero, pois ditam que quem tem um pênis deve agir de forma masculina, enquanto uma pessoa que tem vagina tem de se comportar conforme o universo feminino (Ferreira, 2010).

A definição de normal e anormal obedece aos padrões heterossexuais e heteronormativos, culminantes da biologização dos corpos, isto é, como o sexo biológico é definido como masculino ou feminino – o que, hoje, já é debatido, pois acredita-se que aspectos socioculturais influenciam, também, a biologia – essa categorização também se dá em outros âmbitos da vida do sujeito, como no desejo e nas expressões corporais (Colling, 2018, p. 22). Destarte, “o binarismo entre corpos produziu a falsa dicotomia entre homens e mulheres, representada(s) e valorada(s) por meio de um efeito, falacioso, de causa biológica” (Louro, 2003 *apud* Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 5), cujo objetivo é silenciar as diferenças entre os gêneros.

Apesar de a normatização apresentar ao indivíduo possibilidades finitas de existência, Foucault (1979) ressalta que o poder é fluido e mutável, ou seja, pode sofrer rupturas, caracterizando um fazer e desfazer contínuo. Além disso, “o poder só pode ser concebido como algo que existe em relação, envolvendo forças que se chocam e se contrapõem” (D’urso, 2016, p. 50 *apud* Barcellos, 2018, p. 4). Por consequência, fica claro que não há obrigatoriedade biológica entre os gêneros (Barcellos, 2018) e, em decorrência, deve-se fortalecer as lutas contra as regras heteronormativas vigentes na atualidade.

4 A MULHER NA SOCIEDADE E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS

A produção de espaços sociais diferentes para homens e mulheres reflete uma história pautada no machismo e no patriarcalismo, ambos ferramentas de poder que inferiorizam a mulher e valorizam o homem. As regras sociais heteronormativas e sexistas marcam diferenças de tratamento e de oportunidades que perpassam não só os corpos, mas também as subjetividades das pessoas (Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 2). O processo milenar de hierarquização dos sexos fez com que o homem branco sempre fosse aceito na esfera pública, além de ser proprietário de bens, terras e cargos superiores. Por outro lado, a mulher branca foi sempre mantida no âmbito privado, pois ela não tinha

direito à propriedade nem a seu próprio destino. As mulheres, então, receberam estereótipos de submissão e servidão, permanecendo restritas ao ambiente domiciliar, sem estudos ou independência (Ferreira, 2010).

Na realidade da mulher negra, além de sofrer com o machismo, ela também é alvo do racismo, este derivado do período colonial brasileiro, uma vez que os negros foram escravizados por cerca de 300 anos no país. As escravas eram abusadas pelos senhores de engenho, engravidavam e, depois, ao produzir leite para seu próprio bebê, tornavam-se “amas de leite” para os filhos dos patrões (Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 6). Assim, as mulheres negras tiveram seus corpos usados e sexualizados durante a escravatura e essa violência perdura até os dias atuais, sendo elas consideradas “prostitutas” de fácil acesso dentro das casas grandes e/ou pessoas cuja função é restrita e normalizada em tarefas domésticas e de cuidado (Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 6).

A discriminação contra as mulheres pode ser exemplificada pela condenação daquelas que conduziam processos de cura ou detinham grande conhecimento sobre variados assuntos na Idade Média. Essas curandeiras ou estudiosas eram presas e queimadas na fogueira por serem acusadas de bruxaria e feitiçaria, o que representa a ideia de que a mulher não pode aprender nem viver sem um marido (Ferreira, 2010). Tal ideologia foi muito reforçada e estimulada pela doutrina católica, a qual trata como pecado relacionamentos fora do padrão heterossexual e recrimina a não submissão feminina ao homem (Ferreira, 2010).

Outro exemplo da separação entre feminino e masculino é a utilização da palavra “Homem” com H maiúsculo em textos e enunciados, inclusive científicos, na designação de ser humano (Grossi, 1998, p. 4). Em geral, mais do que a grafia, os relatos da Ciência e da História fazem os homens brancos serem os protagonistas do mundo; um caso explícito é o uso do termo “descobrimento” para se referir à chegada dos portugueses no Brasil, uma vez que, na realidade, os colonizadores invadiram as terras indígenas de maneira a gerar um massacre e um movimento de aculturação, o qual visa exterminar uma cultura considerada inferior. Destarte, a figura feminina nunca teve grande destaque nos momentos históricos importantes, sendo colocada no plano de fundo das conquistas masculinas, mesmo que desempenhasse o mesmo papel de um homem.

Devido à corrupção de seus direitos, as mulheres passaram a reivindicar seu lugar na sociedade a fim de garantir sua cidadania e a igualdade de gênero. Entretanto, no início dos estudos sobre a condição feminina, pensava-se que as questões de gênero eram problemas das mulheres e estes deveriam ser pensados somente por elas. Com isso, os primeiros grupos feministas pregavam a *não-mixidade* do movimento social, ou seja, não compactuavam com a presença masculina na luta a ser defendida, a fim de garantir que a palavra das mulheres fosse valorizada, pois já fora muito silenciada (Grossi, 1998, p. 2).

Em 1980, os estudos sobre as mulheres procuravam avançar no quesito da dupla opressão feminina: de classe e de sexo. Em outras palavras, buscava-se salientar que não existe uma única condição feminina e que as mulheres pertencentes a lateralidades sociais eram mais reprimidas (Colling, 2018, p. 16).

O movimento feminista nasce dos questionamentos supracitados, dando seguimento aos estudos sobre as mulheres de maneira mais ampla e com caráter político e social. A história oficial do Feminismo não é unânime entre os pesquisadores, porém será aqui adotada para melhor entendimento das pautas levantadas pelas feministas.

Os movimentos feministas são divididos em “ondas”, isto é, fases específicas de reivindicações. A primeira “onda” é marcada pelo movimento sufragista, iniciado na transição do século XIX para o XX, e reivindicava, primordialmente, o direito ao voto das mulheres. Contudo, em diversos países, as mulheres negras sentiram-se negligenciadas nessa etapa da luta por direitos, criando, por consequência, o feminismo negro (Colling, 2018, p. 12-14).

A segunda fase começa no fim da década de 1960, momento em que as mulheres não só exigem direitos iguais aos dos homens, como também sistematizam as teorias feministas, que irão, posteriormente, fomentar as pesquisas sobre gênero e refutar costumes machistas e sexistas (Colling, 2018, p. 14). No Brasil, o Feminismo ganhou maior destaque a partir de 1980, com a redemocratização do país após a Ditadura Militar, e ampliou as demandas de um movimento baseado na equidade, prevendo as diferenças de etnia, classe e escolaridade entre as próprias mulheres (Colling, 2018, p. 14).

As mulheres negras brasileiras consolidaram sua participação no movimento feminista no III Encontro Feminista Latino-americano, em Bertioga, 1985. Nessas circunstâncias, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras com o intuito de obter maior visibilidade política dentro do próprio Feminismo e do Movimento Negro, uma vez que ambos os conjuntos não compreendiam as exigências das mulheres negras, ou seja, enquanto um promovia a inclusão das pautas feministas e não das pautas negras, o outro fazia o contrário. (Colling, 2018, p. 16). Em resumo,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (...) Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (Carneiro, 2011 *apud* Colling, 2018, p. 16).

A luta das mulheres por igualdade de gênero, portanto, apesar de ter tido grandes avanços, é ainda muito negligenciada na sociedade vigente. Por isso, é imprescindível que o apoio ao Feminismo cresça e seja estimulado, principalmente, entre as gerações mais jovens, com o objetivo de perpetuar a ânsia por igualdade e por vitórias em um ambiente machista e conservador (Ferreira, 2010).

4 O MOVIMENTO LGBTQIA+

A história do movimento LGBTQIA+ é recente e tem seu começo marcado pela Revolta de Stonewall, ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA) no dia 28 de junho de 1968. Esse conflito foi resultado de batidas policiais persistentes no bar Stonewall Inn, cujos frequentadores eram, em sua maioria, gays, travestis e drags. Para melhor explicar,

(...) o pagamento de suborno por parte de proprietários deste tipo de estabelecimento à polícia já era um hábito institucional estabelecido desde os anos trinta, assim, havia uma espécie de data preestabelecida para efetuar os acertos. Naqueles anos, muitos dos bares de ambiente eram controlados pela máfia policial – era o caso de Stonewall que, desde sua abertura em 1966, pagava regularmente dois mil dólares

semanais, cobrados por policiais corruptos. Em troca desta exorbitante quantia em dinheiro à época, eram avisados de antemão quanto à data e horário das blitz policiais (Silva, 2011, p. 140 apud Colling, 2018, p. 16).

Porém, no dia do confronto, a fiscalização policial não estava combinada, por isso, acredita-se que o pagamento do suborno não havia sido efetuado ainda, resultando na prisão e na agressão contra pessoas que se encontravam no local. Assim, a rebelião teve início e durou alguns dias, sendo encerrada com uma marcha pela cidade reivindicando melhores condições de vida para a comunidade LGBTQIA+.

No Brasil, o primeiro grupo homossexual organizado surgiu somente dez anos depois de Stonewall e foi intitulado Grupo Somos, mas este se manteve atuante somente de 1978 a 1983, dando lugar ao coletivo formado em São Paulo chamado Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, futuramente designado de Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. No entanto, a associação mais antiga que ainda está em funcionamento no país é o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980, sendo registrado como “sociedade civil sem fins lucrativos em 1983” (Colling, 2018, p. 19).

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) se diversificou na década de 1990, com o aparecimento de conjuntos próprios de lésbicas, travestis, entre outros grupos, com o intuito de dar maior visibilidade a subdivisões da comunidade LGBTQIA+ que se sentiam pouco contempladas nas principais reivindicações.

Os estudos queer surgiram no final dos anos 1980, buscando ressignificar o próprio termo queer, o qual significa “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2014). Em outras palavras, o movimento queer passa a ser entendido como “uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas”, questionando a heteronormatividade e, por isso, está intimamente ligado ao movimento LGBTQIA+, integrando, inclusive, a sigla da comunidade. Desta maneira, as contribuições dos estudos queer tornam-se imprescindíveis para compreender as diferenças entre gênero e sexualidade, a fim de promover maior conscientização sobre esse tema.

6 GÊNERO

As discussões de gênero surgiram com o discurso biotecnológico do final da década de 40, com estudos clínicos sobre modificações hormonais ou cirúrgicas no “sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina [...] não ‘podem’ classificar só como femininos ou masculinos” (Preciado, 2008, p. 81 apud Colling, 2018, p. 22). Todavia, somente com o feminismo a categoria de gênero passa a ser utilizada como uma ferramenta analítica das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, além do movimento de trazer propostas de desnaturalizar os gêneros das pessoas (Colling, 2018, p. 22).

Os estudos de gênero tiveram início nos anos 60 graças aos movimentos sociais da época, a exemplo, revoltas estudantis em Paris, os *black panthers*, grupos hippies, mobilização contra a Guerra do Vietnã e a luta contra a Ditadura Militar no Brasil (Colling, 2018, p. 14). Em todos os conjuntos citados, buscava-se igualdade e justiça e, quando as mulheres integrantes das manifestações libertárias perceberam que desempenhavam nestas um papel secundário, elas impulsionaram as primeiras problemáticas sobre gênero, as quais foram fortalecidas com o advento das pílulas anticoncepcionais, por exemplo (Grossi, 1998, p. 2).

A concepção atual de gênero abrange os modelos de diferenças entre os sexos. Gênero associa-se a ideias, instituições e estruturas sociais que refletem um discurso de padronização do mundo. Essa definição engloba as interações generificadas, determinadas por normas sociais expressas na mentalidade comum aos membros de uma comunidade, transpondo ideais machistas, patriarcais e LGBTfóbicos (Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 2).

Simone de Beauvoir (1980, p. 9), ao dizer que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, já dispunha debates sobre a desnaturalização do gênero feminino, contestando a biologização dos corpos e das identidades, pois surgia o pensamento de que até mesmo características biológicas ou “naturais” também podiam ser influenciadas pela cultura. Sob essa ótica, distingue-se sexo e gênero, porém estes são aproximados no que tange às interferências socioculturais no indivíduo (Colling, 2018, p. 22).

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter

“fundamentalmente social”, não há contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre essas características biológicas. [...] As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (Louro, 2014, p. 21).

Como visto acima, os discursos de poder posicionam as identidades das pessoas como normais ou anormais, sendo, nesse paradigma, as relações heteronormativas “normais”, as quais são fortalecidas nas ideias sociais por meio da biologização dos corpos, isto é, a sociedade define o que é feminino ou masculino, concebendo uma falsa dicotomia que regula comportamentos e estilos de vida (Grossi, 1998, p. 4). Todavia, posto que a produção de normas é feita através das constituições de poder, e o poder é fluido e mutável, a binaridade de gênero pré estabelecida pode sofrer rupturas; portanto, “o gênero é verbo” (Silva; Souza; Teixeira, 2019, p. 5), o que não é visto nas nomeações de feminilidade ou masculinidade, as quais são estereotipadas, restringindo a existência múltipla do ser humano.

6.1 PAPÉIS DE GÊNERO

“Papel é aqui entendido [...] uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero” (GROSSI, 1998, p. 6). Estudos antropológicos, responsáveis por analisar e entender a diversidade humana, têm mostrado que os papéis de gênero mudam de uma cultura para outra. Um exemplo foi documentado no livro “Sexo e Temperamento”, escrito pela antropóloga Margareth Mead (1935 *apud* Grossi, 1998, p. 6), cuja pesquisa demonstrou que, em uma ilha da Nova Guiné, três tribos atribuíam características e tarefas distintas para homens e mulheres. Ficou explícito, nesse estudo, que na primeira tribo, denominada Arapesh, acreditava-se que tanto homens quanto mulheres deveriam ser cordiais e meigos; já os Mundugumor defendiam que ambos os sexos eram agressivos e violentos; a última, composta pelos Tchambuli, tratava as mulheres como muito mais guerreiras e os homens, mais passivos e caseiros.

Os papéis de gênero feminino e masculino, assim sendo, não eram os mesmos, embora todos os grupos pertencessem ao mesmo espaço e tivessem trocas culturais. Dessa forma, comprova-se que as “feminilidades” e as “masculinidades” não são atributos biologicamente definidos, mas, sim, estereotipados e passados aos indivíduos de forma coercitiva e inquestionável (Grossi, 1998, p. 6).

6.2 IDENTIDADE DE GÊNERO

O princípio de identidade de gênero considera o sentimento individual de identidade, ou seja, diz respeito aos traços em que o sujeito se reconhece; é o gênero que a pessoa define como seu. Esse núcleo de identidade é construído por intermédio da socialização e não muda ao longo da vida mental e psicológica de cada indivíduo. Assim, o “assinalamento” do sexo do bebê desde a vida intrauterina predispõe as características generificadas que serão “escolhidas” pela pessoa de acordo com o que é socialmente esperado (Colling, 2018, p. 36).

Fica evidente que existem mais do que dois gêneros, isto é, não há apenas identidades restritas aos sexos biológicos, o que significa que muitas pessoas não se enquadram no binarismo homem X mulher (Colling, 2018, p. 32).

Cisgênero ou cisgênera situa-se dentro da dicotomia de gênero e da normatividade, sendo indivíduos cuja identidade corresponde ao perfil delimitado para seu sexo biológico, definido no nascimento. Algumas pessoas, entretanto, não aderem ou não se sentem representadas pelas normas de gênero predominantes no discurso social, identificando-se como travestis, transsexuais, transgêneras, gênero fluido, entre outros.

Os transgêneros são indivíduos que não se denominam segundo seu gênero de nascimento (Jesus, 2012, p. 14). Ainda, existe o gênero fluido, em que a pessoa transita entre os perfis generificados mais conhecidos: feminino e masculino; enquanto a não-binaridade corresponde à não identificação aos padrões criados socialmente, ou seja, essas pessoas “não se identificam nem como homens e nem como mulheres porque não

se identificam com o que a sociedade construiu como dicotômicas identidades masculinas e femininas” (Colling, 2018, p. 36).

Vale destacar a diferença entre transgênero e transexual, termos muito confundidos na atualidade, graças à falta de informação e discussões sobre o tema; como transgênero já foi definido, cabe, agora, conceituar transexual. Dito isso,

as pessoas que se identificam como transexuais, [...] em geral são caracterizadas pela sociedade como aquelas que desejam fazer a chamada ‘cirurgia de mudança de sexo’. No entanto, essa explicação está errada [...] (pois) existem muitas pessoas que reivindicam a identidade transexual, mas que não desejam fazer a completa intervenção cirúrgica de ‘mudança de sexo’. (Colling, 2018, p. 34).

Em suma, os transexuais podem não realizar o processo transexualizador ou fazê-lo em partes, como tomar hormônios e retirar ou implantar os seios. Deste modo, “mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem” (Jesus, 2012, p. 8).

Em referência às travestis, estas são “pessoas que tiveram um corpo lido como masculino e que se identificaram fortemente com o universo feminino e, por isso, realizam variadas mudanças corporais e comportamentais” (Colling, 2018, p. 34). A identidade das travestis é feminina, por isso, deve-se usar o artigo “a” no lugar de “o”, e considerá-las “homens que se vestem de mulher” é uma atitude transfóbica, posto que elas se enquadram em uma identidade transgênera, ou seja, não “brincam de ser mulher” (Jesus, 2012, p. 9).

6.3 TEORIA DA PERFORMIDADE DE GÊNERO

A filósofa feminista Judith Butler (2002) traz, na contemporaneidade, reflexões importantes sobre o sistema sexo-gênero. A primeira delas refere-se à distinção de sexo e gênero feita pela sociedade, sendo que o primeiro seria natural e o segundo cultural; desta maneira, o pensamento de que o sexo e a sexualidade são um seguimento do gênero é uma marca da cultura heterossexual.

Butler, por exemplo, retomou a clássica frase de Simone de Beauvoir (“ninguém nasce mulher: torna-se mulher”) para dizer que se, por um

lado, a feminista francesa contribuiu para desnaturalizar o que hoje chamamos de gênero, por outro lado, nos deu entender que em algum momento o corpo da mulher esteve isento das normas de gênero [...] (Colling, 2018, p. 28).

Entretanto, o ser humano nunca esteve alheio às regras impostas pela cultura; por consequência, o indivíduo só passa a existir efetivamente como sujeito quando a sociedade determina se ele é homem ou mulher, fato que também age sobre seu corpo. “Ou seja, o sexo, uma vez identificado, será sempre generificado e o gênero, pelas normas da nossa sociedade, é desde sempre sexualizado. A sociedade determina o gênero das pessoas pelo sexo” (COLLING, 2018, p. 28). Tratar o gênero como resultado do sexo promove a exclusão de várias outras identidades de gênero.

Ademais, a pensadora francesa aborda a relação entre desejo e prática sexual, apontando a exigência social de que todos sigam uma linha “coerente” de sexo-gênero-desejo. A comunidade entende que se o sujeito tem um sexo, ele deve ter um gênero correspondente e desejar o sexo/gênero oposto, mantendo atividades sexuais com ele (BUTLER, 2002).

Para conservar o controle social, então, a sociedade controla o sexo, o gênero e as práticas sexuais, pois manipular os desejos é mais difícil. Dessa forma, devido ao caráter implícito da sexualidade, a qual pode permanecer oculta em pensamentos e fantasias, essa torna-se mais manipulável; contudo, “quem nos garante que a prática sexual tida como heterossexual seja mesmo, no plano do desejo, heterossexual?” (COLLING, 2018, p. 30), visto que a subjetividade do sujeito é reprimida caso desvie do padrão pressuposto.

Em correlação aos preceitos analisados por Butler (2002), a feminista chega à conclusão de que o gênero é performativo. Antes de explicar essa teoria, é mister entender que, congruente ao pensamento da intelectual, as palavras descrevem algo, mas também são capazes de criar o que enunciam. “Por exemplo: quando um juiz ou sacerdote diz ‘eu vos declaro marido e mulher’, a partir daquele momento essas pessoas envolvidas passam, efetivamente, a ser aquilo que o enunciado determinou” (COLLING, 2018, p. 30). Sob essa ótica, a frase “é menino ou menina” sentencia o gênero do bebê antes mesmo de seu nascimento.

A sociedade, além de obrigar o indivíduo a se enquadrar nos ditames heterossexuais e heteronormativos, também o obriga a ter um gênero considerado compatível com seu corpo biológico e material (SILVA; SOUZA; TEIXEIRA, 2019, p. 4). Essas exigências são propagadas e impostas por intermédio de discursos, gestos e atuações repetidos e monitorados durante toda a vida do sujeito, sendo, por isso, algo performativo, criando aquele que enunciam. São “os vários atos de gênero (que) criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2002), isto é, por conta da diversidade de gêneros, existe a discussão em torno deste.

A sociedade produziu historicamente uma relação muito próxima entre gênero, sexo e sexualidade, como se todos fossem um único elemento da sexualidade humana (Barcellos, 2018, p. 3). Entretanto, apesar de todos estarem interligados, os conceitos citados têm suas diferenças.

7 SEXUALIDADE

A sexualidade compreende a orientação sexual das pessoas, ou seja, trata-se de como o sujeito se identifica no que tange às suas práticas sexuais, abrangendo o desejo sexual e a forma pela qual o indivíduo o expressa e/ou o exerce (Colling, 2018, p. 41). A sexualidade também é influenciada pela cultura, sendo que o “normal” para a sociedade vigente é a heterossexualidade, caracterizada pela atração pelo sexo oposto, pois o relacionamento heterossexual é considerado algo instintivo da espécie humana por possibilitar a reprodução (Grossi, 1998, p. 9).

Quando o indivíduo não segue esse padrão, ele sofre repulsa e discriminação, pois

Na cultura ocidental, [...] costuma-se classificar indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo como homossexuais, na categoria que remete imediatamente, no imaginário ocidental, à ideia de doença, perversão ou a normalidade (Grossi, 1998, p. 9).

Homofobia é o temor ou fobia aos homossexuais, o que pode incluir, até mesmo, o ódio contra si mesmo por ser diferente (Colling, 2018, p. 41). Além do preconceito, a

homofobia promove violência física, verbal, psicológica, simbólica e moral contra aqueles que não atendem às expectativas da sociedade onde vivem.

A homofobia pode atingir não só os homossexuais, mas também os heterossexuais que “pareçam” homossexuais por apresentarem alguns atributos considerados femininos ou masculinos, no caso das mulheres lésbicas (Colling, 2018, p. 42). Aqui se entra em outro tópico que remonta aos moldes preconceituosos, porque, sempre que se pensa em homossexualidade, apenas os homens homossexuais, ou seja, os *gays*, são considerados, negligenciando as mulheres homossexuais. Por isso, fez-se necessário explicitar o caso das mulheres lésbicas dentro da homofobia.

Ainda, o conceito de homofobia é contraditório, pois a ideia de fobia enquadra-se na esfera patológica. Em outras palavras, a pessoa que tem fobia é quem seria “doente”, e não a pessoa vítima dessa repulsa. Nesse caso, os homofóbicos que deveriam ser apontados como “anormais”, visto que eles produzem o medo contra os homossexuais, identificando os últimos como não saudáveis (Colling, 2018, p. 42). Um exemplo desse preconceito estrutural está na própria história da humanidade, posto que os homossexuais eram internados em antigos hospícios por se entender que possuíam problemas mentais, sendo que a transsexualidade foi tida como uma patologia pelo Código Internacional de Doenças (CID) até 2018.

No que diz respeito ao vínculo criado entre sexualidade e reprodução, com o objetivo de perpetuar a predominância heterossexual, no final do século XX, as tecnologias de reprodução, como inseminação artificial ou fecundação *in vitro*, romperam com a suposta obrigatoriedade de haver dois indivíduos de sexos diferentes para a fecundação acontecer (Grossi, 1998, p. 9). Resumindo, sugere-se que a heterossexualidade não é um fator essencial para a evolução da espécie.

Ademais, pensava-se, antigamente, que o desejo sexual pertencia somente aos homens e que as mulheres mantinham práticas sexuais somente pela reprodução e pelo crescimento da família (Ferreira, 2010). Assim, o prazer feminino era visto como um perigo ou uma patologia, o que mudou apenas com os movimentos feministas e a consequente emancipação feminina, fomentada, por exemplo, pelo avanço das mulheres

no mercado de trabalho e pelo advento de métodos contraceptivos, oferecendo à mulher a escolha de engravidar ou não.

7.1 SIGLA LGBTQIA+

Com a diversificação do movimento homossexual devido à criação de coletivos lésbicos, lugares frequentados pelo público LGBTQIA+ eram denominados GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), e os estabelecimentos usavam esta sigla a fim de demonstrar seu apoio ao movimento. No entanto, esse nome entrou em desuso com a organização das travestis durante a década de 90, buscando apoio e reconhecimento do MHB e de seus direitos políticos, o que ocorreu somente em 1995, ano em que passaram a integrar formalmente a luta dessa minoria com sua inclusão na Associação Brasileira de Gays e Lésbicas, que, agora, passava a reconhecer o termo travesti, dando surgimento à sigla ABGLT (Gays, Lésbicas e Travestis) (Carvalho, Carrara, 2013, p. 331).

É de suma importância ressaltar, porém, que a letra T, até meados da década de 2000, só dizia respeito aos travestis, ao passo em que os coletivos transexuais só foram ganhar espaço político nesse período com a criação da União Brasileira de Transexuais, fundada durante o primeiro Congresso da ABGLT (Carvalho; Carrara, 2013, p. 331). Nessa época, também, os bissexuais começaram a se organizar para serem reconhecidos, conquistando seu objetivo apenas em 2008, durante o 1º Congresso Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, cujo objetivo era colocar a letra L em primeiro lugar na sigla, de maneira a dar mais visibilidade à causa lésbica; e aceitar a letra B no movimento, resultando no uso da sigla LGBT, oficializada pelo movimento social brasileiro em 2018.

Em 2021, foram incluídas oficialmente mais letras à sigla, conhecida hoje como LGBTQIA+, abrangendo: **Lésbicas**: mulheres (cis e trans) atraídas afetiva/sexualmente por outras mulheres; **Gays**: homens com essa mesma configuração porém com atração e afetividade por outros homens; **Bissexuais**: indivíduos que se relacionam com todos os gêneros; **Transexuais, Travestis e Transgêneros**, explicados anteriormente; **Queer**: pessoas que se opõem às definições heteronormativas de gênero e sexualidade por considerá-las rotuladoras restritivas à vivência de sua subjetividade; **Intersexuais**:

peessoas nascidas com imprecisão na definição das características das gônadas ou genitálias; **Assexuais**: sujeitos com pouca ou nenhuma atração sexual e/ou romântica com o outro; e, por fim, o símbolo +, usado para representar as outras possibilidades de gênero e sexualidade.

7.2 INTERSEXUALIDADE

A intersexualidade é um termo “guarda-chuva” usado para englobar a ambiguidade de características físicas, hormonais ou genéticas de uma pessoa que foge da exclusividade inerente à binaridade macho X fêmea, ou seja, o indivíduo pode ter atributos biológicos tanto femininos quanto masculinos.

Existem diversas possibilidades que se enquadram na intersexualidade, como síndromes nos cromossomos, por exemplo, na Síndrome de Klinefelter, que acontece restritamente em indivíduos homens em que o cromossomo sexual é identificado como XXY, quando deveria ser XY, resultando em uma anatomia diferente do “ideal” no que diz respeito aos órgãos genitais externos, cujos tamanhos apresentam-se menores ou maiores que o esperado; ou até mesmo em casos que se encontra todo o aparelho reprodutor interno de um sexo, mas não o órgão externo.

A intersexualidade sempre foi centro de discussão devido à diferença anatômica e à fuga dos padrões da identidade de gênero, e é a partir disso que Colling e Santos (2011, p. 238) descrevem três períodos da história da intersexualidade. O primeiro foi chamado “Era das Gônadas”, caracterizado pelas nomeações errôneas de hermafroditas, divididas até entre “hermafroditismo verdadeiro” e “pseudo-hermafroditismo”; a segunda foi chamada de “Era cirúrgica”, em que os médicos procuravam “construir” um “sexo verdadeiro”, com vagina ou pênis, a partir de cirurgias nos corpos de pessoas intersexo; e o último momento é a “Era do consenso”, na qual ganhou visibilidade a discussão de cirurgias feitas em bebês intersexuais, que podia ser realizada até os 18 meses de idade sem apresentar muitos prejuízos ao indivíduo, sendo sua realização ou não decidida pelos pais, assim como o sexo da criança. Entretanto, existem inúmeros problemas a serem abordados, posto que

algumas pessoas intersexuais submetidas a este processo relatam que não se adaptaram e rejeitaram o sexo designado ao nascimento, respaldando uma conduta terapêutica que defende o adiamento da

intervenção até que a/o jovem sujeito possa participar na tomada da decisão (Santos; Araújo, 2004).

Além disso, o assunto de identidade de gênero teve, na reflexão sobre a intersexualidade, maior destaque e começou a ser questionado no que se refere a questões de que o gênero não nasceria com a pessoa, pois fica clara a possibilidade de mudança desse. Todavia, apesar do avanço citado, o conceito de identidade de gênero não fora rejeitado nessa perspectiva, já que os casos de intersexualidade eram vistos como anomalias no desenvolvimento.

8 CONFLITOS ENTRE OS CONCEITOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Quando se trata de gênero e sexualidade, há inúmeras tensões e inúmeros equívocos relacionados tanto aos conceitos quanto às visões deturpadas vindas por parte de conservadores e de preconceituosos com a comunidade LGBTQIA+.

Os preconceituosos, que veem os homossexuais como inimigos, se embasam, para fomentar seus próprios preconceitos, na “Ideologia de Gênero”, defendida, inicialmente, pelos católicos (Colling, 2018, p. 55). Tal conceito foi formulado para, basicamente, combater e repreender movimentos feministas e LGBT, sendo extremamente reacionário e embasando-se, também, na “Teologia do Corpo”, a qual é tida como as atribuições da mulher, ou seja, o que é próprio e natural dela, como, por exemplo, o amor materno (Colling, 2018, p. 56).

Há uma série de falhas, portanto, cometidas pelos idealizadores e defensores da “Ideologia de Gênero”, os quais não têm embasamento teórico algum para suas ideias, ou seja, suas ideias são fáceis de serem refutadas. Como já citado anteriormente, a homossexualidade já foi considerada doença e, ainda nos dias atuais, é vista como algo não natural e anormal, além de ser pregado que necessite possuir uma cura. Contudo, a homossexualidade já não é mais considerada uma doença e, ademais, o Conselho Federal de Psicologia proíbe que qualquer profissional da área tente “converter” seus pacientes à heterossexualidade. Não há apenas uma orientação sexual ou uma identidade de gênero – todas são válidas e reconhecidas - logo, há diversos fatores sociais que influenciam nessa identificação dos indivíduos (Butler, 2003).

Os conservadores também têm o costume de afirmar que membros da comunidade LGBTQIA+ têm o intuito de “destruir a família”, ou seja, a idealização de família burguesa constituída por mãe, pai e filhos. Entretanto, há argumentos que demonstram o contrário disso: em princípio, o conceito de configuração familiar foi e vem sendo construído historicamente, mudando de concepções ao longo do tempo (Strauss, 1982; Butler, 2003), tanto é que, atualmente, a união estável homossexual é reconhecida no país. Há muitos tipos de “combinações” familiares, podendo ter, como exemplo, os filhos criados por avós e tios (Colling, 2018, p. 57).

Anteriormente citada, a história de Adão e Eva é muito usada por conservadores para justificar suas falas e seus posicionamentos, pois está inserida no âmbito católico, este sendo extremamente presente nas críticas aos LGBTQIA+, desconsiderando-se que nem todas as pessoas acreditam na Bíblia.

A defesa de que os homossexuais disseminam um tipo de “estilo de morte” também é muito utilizada. Isso se dá por decorrência do “achismo” de que as doenças/infecções sexualmente transmissíveis são apenas passadas entre a comunidade LGBTQIA+, a qual era culpabilizada, por exemplo, pelo surto de Aids em 1980 (Colling, 2018, p. 58). Na questão das IST's, é necessário ressaltar que boa parte da disseminação ocorre por conta de governos conservadores que não tomam precauções quanto a isso, além de ser importante destacar que tais doenças também afetam indivíduos héteros.

Ações de exposição desses temas em escolas, por conseguinte, são vistas como inúteis e erradas, pois conservadores consideram que palestras e outras atividades que falam sobre gênero e sexualidade incentivam que seus filhos sejam homossexuais (Colling, 2018, p. 58). Todavia, o que é defendido por educadores é que escolas e universidades sejam lugares respeitosos e que promovam tal respeito às diversidades (Louro, 2014). Ainda, é primordial saber que todos os gêneros e todas as orientações sexuais são tidas como legítimas.

Na esfera genética, inúmeras pesquisas vêm sendo feitas sobre a influência dos genes na orientação sexual das pessoas, principalmente de homossexuais. Segundo o texto *Genetic and environmental influences on sexual orientation* (Dawood, Bailey, Martin, 2009), estudos com gêmeos são muito utilizados para responder questões desse tipo;

porém, há apenas sugestões de que a genética e as questões familiares possam influenciar na identificação de gênero e na orientação sexual, e não certezas concretas e irrefutáveis (Colling, 2018, p. 60). Deixa-se uma indagação acerca do que acaba de ser tratado: por que analisar as influências da genética na formação de homossexuais e não de heterossexuais, considerando-se que as duas formas de identificação são válidas?

As diferenças entre conceitos, para finalizar, é de suma importância para evitar equívocos e tensões entre gênero e sexualidade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), identidade de gênero é caracterizada como o sentimento de se sentir homem, mulher ou não se identificar com a norma binária, além de ser uma construção social; orientação sexual é a atração que a pessoa sente por outra e por quem ela sente isso; sexo biológico é entendido como o órgão sexual com o qual o sujeito nasce; e, por fim, expressão de gênero é a exteriorização do gênero com o qual o ser humano se identifica, ou seja, como ela é enxergada pela sociedade ao seu redor por meio do seu exterior.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de gênero e sexualidade são construções sociais que perpassam a vida dos indivíduos, determinando e subordinando escolhas e representações a normas estabelecidas historicamente por ideologias dominantes. Essa classificação das identidades resulta em uma sociedade machista, preconceituosa, discriminativa e conservadora, o que leva à violência física, moral, psicológica e exclusão daqueles considerados “anormais”.

O mundo hierarquizado por meio das relações de poder, então, faz com que as pessoas sejam vigias de si mesmo ao conhecer as regras sociais e segui-las, uma vez que a sociedade aceita apenas formas específicas, padronizadas e massificadas de existência e experiência. Assim, o sofrimento gerado pelo modelo capitalista e ideológico atual reflete a história humana de construção de verdades absolutas e manipulação de um grupo sobre o outro.

Em suma, salienta-se que os temas utilizados como centrais neste trabalho fazem parte da história da humanidade e da convivência interpessoal e devem ser

discutidos com a complexidade e amplitude que exigem, posto que são assuntos diretamente ligados aos efeitos de discursos e a internalização destes na vivência humana.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, A. L. T.; ALVES, D. M. Indivíduo, sociedade e formação da subjetividade. FAEF: **Revista Eletrônica de Psicologia**. Garça, SP, v. 4, n. 7, 2006. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/SmLVafpoA7IA5bQ_2013-5-10-15-55-47.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

ANTUNES, D. Violência e exclusão da comunidade LGBTQIA+ (dificuldade de levantamento de dados, projetos de lei, políticas públicas e descaso). **Revista Jurídica Luso- Brasileira**, Lisboa, v. 7, n. 6, p. 513-536, 2021. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/6/2021_06_0513_0536.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Documentos**. Disponível em: <https://www.abgl.t.org/historia>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisas anuais**. ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 03 nov. 2022.

BARCELLOS, L. V. **Biopoder, gênero e sexualidade**: breves considerações sob a perspectiva de Michel Foucault. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIOPOLÍTICA E DIREITOS HUMANOS, 1., 2018, Ijuí, RS. Ijuí: UNIJUÍ, jul. 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9350>. Acesso em: 19 out. 2022.

BARREIROS, B. C. Sociologia e Psicologia: disposição social como via de convergência. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 29, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/6rZGtGQ3Vk6nRLmgQH68W9R/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 out. 2022.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDINO, M. Psicologia, sexualidade e gênero: identidade de gênero e orientação sexual são a mesma coisa?. **Psicologia viva**, 25 maio. 2020. Disponível em:

<https://blog.psicologiaviva.com.br/identidade-de-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em: 20 out. 2022.

BUTLER, J. Criticamente subversiva. In: MÉRIDA JIMÉNEZ, R. M. (ed.) **Sexualidades transgresoras**: Una antología de estudios queer. 1. ed. Barcelona: Icaria, p. 55-80. mar.

2002. Disponível em: [https://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/M%C3%A9rida-Jim](https://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/M%C3%A9rida-Jim%C3%A9nez-Rafael-Sexualidades-Transgresoras.pdf)

[%C3%A9nez-Rafael-Sexualidades-Transgresoras.pdf](https://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/M%C3%A9rida-Jim%C3%A9nez-Rafael-Sexualidades-Transgresoras.pdf). Acesso em: 21 out. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Acesso em: 25 out. 2022.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidade, Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2022.

COLLING, L. **Gênero e Sexualidade na Atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências: Superintendência de Educação a Distância, 2018. *E-book*. ISBN: 978-85-8292-181-4. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30887>. Acesso em: 20 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, ago. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>.

Acesso em: 26 out. 2022.

DAWOOD, K.; BAILEY, J. M.; MARTIN, N. G. Genetic and Environmental Influences on Sexual Orientation. **Handbook of Behavior Genetics**. jan. 2009. DOI: 10.1007/978-0-387-76727-7_19. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/43526143_Genetic_and_Environmental_Influences_on_Sexual_Orientation. Acesso em: 25 out. 2022.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução: Nuno Garcia Lopes. Lisboa: Edições 70, 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/40310849/LIVRO_](https://www.academia.edu/40310849/LIVRO_%C3%89mile_Durkheim_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Sociologia_Edi%C3%A7%C3%B5es_70_2007_)

[%C3%89mile_Durkheim_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Sociologia_Edi%C3%A7%C3%B5es_70_2007_](https://www.academia.edu/40310849/LIVRO_%C3%89mile_Durkheim_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Sociologia_Edi%C3%A7%C3%B5es_70_2007_). Acesso em: 19 out. 2022.

FERREIRA, M. F. A. Relações de gênero e sexualidade: considerações históricas e sociais. **Estudos IAT**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 122-145, jun. 2010. Disponível em:

<http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/10>. Acesso em: 26 out. 2022.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, p. 1-14, 1998. Disponível em:

<https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/525>. Acesso em: 20 out. 2022.

GROSS, J.; CADEMARTORI, D. M. L. O Direito de Existir para a Sociedade: Cidadania e Sexualidade na luta por direitos da comunidade LGBT no Brasil. **Educação, Gênero & Direitos Humanos**, [s. l.], v. 7, n. 3, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/43001>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: Relatório Do Grupo Gay da Bahia. **GGB**, 2020. Disponível em:

<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/>. Acesso em: 25 out. 2022.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, Vozes, p. 103 a 133, 2017. Acesso em: 18 out. 2022.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceito e termos. Brasília: Autor, 2012. *E-book*. Disponível em:
<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA>

[%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf](#). Acesso em: 21 out. 2022.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Investigação qualitativa em Educação**. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, v. 2,

2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/issue/view/4>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R.; ALVAREZ, M. C. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 100-106, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/hNP5ZjCYTsYpH9WSJB6qVpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. ed 7. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. 1. ed. [S.l.]: Edipro, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Acesso em: 27 out. 2022.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da Moral**. 1. ed. Lafonte, jun. 2020.

OLIVEIRA, M. S. P. *et al.* Psychosocial Analysis of Violence against the LGBT+ Community. **Brazilian Journal of Science**, Fortaleza, v. 1, n. 9, p. 49-55, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/105>. Acesso em: 04 nov. 2022.

REIS, T (org). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI: GayLatino, 2018. Disponível em:

<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em 24 out. 2022.

SILVA, C. R.; SOUZA, E. M. de; TEIXEIRA, J. C. A relação venal entre sugar babies e daddies: o “(des)fazer” gênero que patrocina potes de açúcar naturalizados e discursivamente distanciados da prostituição. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife. 2019. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/vicbeo/171451-A-RELACAO-VENAL-ENTRE-SUGAR-BABIES-E-DADDIES-O-\(DES\)FAZER-GENERO-QUE-PATROCINA-POTES-DE-ACUCAR-NATURALIZADOS-E](https://www.even3.com.br/anais/vicbeo/171451-A-RELACAO-VENAL-ENTRE-SUGAR-BABIES-E-DADDIES-O-(DES)FAZER-GENERO-QUE-PATROCINA-POTES-DE-ACUCAR-NATURALIZADOS-E). Acesso em: 27 out. 2022.

SOUSA, M. S. A.; WAINWRIGHT, M.; SOARES, C. B. Sínteses de Evidências Qualitativas: guia introdutório. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 20, n. 2, p. 7-22, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1021785>. Acesso em: 18 nov. 2022.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2011.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84>. Acesso em: 18 nov. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **LGBTQIAP+**: Você sabe o que essa sigla significa?. Rio Grande do Sul: TRT4, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934>. Acesso: 24 out. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Tipos de revisão de literatura**. [Botucatu: UNESP], 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics**. v. 11. Geneva. jun. 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/1-m/en>. Acesso em: 21out.2022.